

Constituinte começa semana sem quorum

Ressaca dos cinco anos ainda não passou e ontem apenas 240 parlamentares estavam no plenário

A Assembleia Nacional Constituinte continua de ressaca, ou, como ironizou ontem o deputado Gonzaga Patriota (PMDB/PE), ainda não conseguiu se recuperar da quinta-feira em que foi aprovado o mandato de cinco anos para o presidente Sarney. Ao completar seu sétimo dia sem trabalho, o plenário voltou a reclamar a ausência da maioria absoluta de seus ocupantes, mas a verificação de quorum realizada pelo presidente Ulysses Guimarães mostrou que mais uma vez as votações sobre as Disposições Transitórias tiveram que ser adiadas. Apenas 240 parlamentares estavam presentes, e a sessão foi encerrada às 16h.

"Nos últimos 15 dias, só quatro artigos, dos mais de 70 das Disposições Transitórias, foram apreciados pelo plenário", calculou também ontem o deputado Vicente Bogo (PMDB/RS), ao transmitir ao plenário a grande reclamação da população de seu Estado, quanto à morosidade da Constituinte. O deputado Fernando Santana (PCB/BA) trouxe da Bahia o mesmo recado de Bogo, fazendo uma advertência aos colegas: "Não podemos continuar com este passo de tartaruga, deixando sempre para amanhã a decisão das matérias. O povo está preocupado com a moleza e a preguiça da Constituinte. Ou concluímos este trabalho ou ficaremos eternamente sujeitos perante a nação", ressaltou.

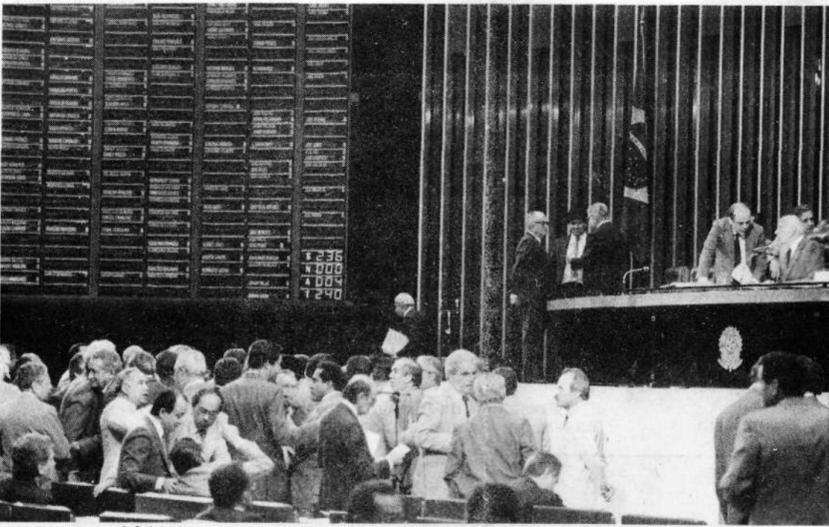
Juntamente com a questão do quorum, os constituintes protestaram contra o sistema de registro de presenças que a mesa diretora vem adotando. A falta de critério para a consignação dos nomes dos que comparecem às sessões foi levantada pelo primeiro orador, deputado Adylson Motta (PDS/RS), ao reclamar do procedimento ado-

tado pelo 1º vice-presidente Mauro Benevides (PMDB/CE) na sessão de sexta-feira. Naquele dia, não houve verificação de quorum pelo sistema eletrônico, mas os parlamentares puderam registrar suas presenças assinando uma lista junto à Mesa.

Segundo Adylson Motta e outros constituintes que fizeram a mesma reclamação, só os que estavam ausentes do plenário assinaram esta lista. O deputado Ivo Mainardi (PMDB/RS) ressaltou que este documento "só beneficia os que não comparecem". Lembrou também que, regimentalmente, não é desta forma que o quorum deve ser verificado. O senador Mauro Benevides, apesar de estar ontem em plenário, não deu qualquer explicação pelo encerramento precipitado da sessão de sexta. Ao usar o microfone de apertar para seu pronunciamento no pinga-fogo, reclamou da demora do governo Sarney de implantar uma refinaria da Petrobrás no Ceará.

Ansiosos pela continuidade da votação das Disposições Transitórias, os constituintes também abordaram em seus discursos várias matérias que se incluem neste título. O deputado Farabulini Jr (PTB/SP) pediu apoio à manutenção do dispositivo que equipara os salários dos delegados de polícia, com mais de 10 anos de serviço, aos membros do Ministério Público. A questão da isenção da correção monetária aos pequenos microempresários urbanos e rurais foi outro assunto abordado e defendido em plenário. Para o deputado Amaury Muller (PDT/RS), esta proposta fará somente o governo cumprir a lei, "pois a legislação em vigor proíbe a correção monetária sobre os empréstimos contraídos pelo produtor rural", lembrou.

EUGENIO NOVAES



A falta de quorum para votação provoca protestos de muitos constituintes

Frente articula supressões

TARCISIO HOLANDA
Repórter Especial

As forças conservadoras estão articulando a grande frente capaz de garantir mudanças substantivas no futuro texto constitucional quando da votação do segundo turno, que se verificará em julho. Querem suprimir da nova Constituição o tabelamento de 12 por cento dos juros, a imprescritibilidade do direito trabalhista, o direito de greve absoluto, a exclusão desse direito de greve de apreciação judicial, quanto à sua legalidade, o turno de seis horas e o direito de voto aos 16 anos.

A listagem foi feita numa reunião em Aracatuba, de que participaram, além de constituintes identificados com essa orientação, três generais, os presidentes das Federações da Indústria e do Comércio, empresários e um representante

credenciado do Presidente da República, o seu assessor político Thales Ramalho. Nas reuniões de Aracatuba foi dito que, sem apoio do governo, será impossível mobilizar o bloco conservador de constituintes para suprimir do futuro texto constitucional aqueles pontos.

Os liberais, de posição de centro-esquerda para as diversas cambiantes de esquerda, consideram muito difícil uma articulação do bloco conservador para suprimir aqueles pontos, já que o tabelamento dos juros passou por uma diferença de cerca de 150 votos. Muitos políticos do Centrão, pressionados por pequenos e médios empresários, votaram pelo tabelamento, alguns para se vingar do deputado Ronaldo César Coelho (grupo Multiplic), acusado de votar com a esquerda (chamam-no agora de esquerda banqueira).

Corte nos salários pune 29 faltosos

Os constituintes que julgavam ser apenas "jogo de cena" a ameaça do presidente Ulysses Guimarães de punir, com corte nos salários, os gazeteiros da Assembleia, levaram um susto quando receberam o contracheque referente ao mês de maio. Alguns — os fújos mais resistentes —, chegaram a perder quase a metade de seus vencimentos, cerca de 420 mil cruzados, pois faltaram a 14 das 22 sessões realizadas no mês passado. Os recordistas foram novamente os deputados Felipe Cheidde (PMDB-SP) e Mário Bouchardet (PMDB-MG), seguidos de perto pelo paraense Fausto Fernandes (PMDB), que faltou a 12 sessões. A lista dos faltosos do mês de maio foi divulgada na última quinta-feira contendo 29 nomes, entre eles o do deputado José Serra, que se considerou injustificado, pois é dos mais assíduos mas estava em Portugal, com uma licença prévia.

Como a Constituinte completou ontem mais quatro sessões no mês de junho sem que houvesse quorum em plenário, já deve estar nas mãos dos res-

ponsáveis, os nomes dos gazeteiros deste mês. Os que faltaram às quatro sessões realizadas, depois da votação que definiu o mandato do presidente Sarney, já terão a menos em seus contracheques cerca de 120 mil cruzados, pois cada falta representa a perda, em média de 30 mil cruzados. As punições, no entanto, segundo decisão da Mesa, são feitas a partir da quarta falta consecutiva ou da sétima alternada.

A falta de votação na Constituinte já começa a irritar os mais assíduos, que vêm neste fato, apenas mais uma manobra do Palácio do Planalto, que entre outros motivos, está apostando na prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos. Este é por exemplo o pensamento do deputado Francisco Kuster (PMDB-SC), para quem "o retardamento dos trabalhos e o conseqüente atraso da promulgação da nova Constituição, significa a manutenção de 50 por cento do poder do presidente Sarney, pois com a nova Carta ele perderá, entre outras prerrogativas, a de baixar decretos-leis".

QUEM FALTOU MAIS

Adhemar de Barros Filho (PDT-SP) —	8 faltas
Aloizio Vasconcelos (PMDB-MG) —	8 faltas
Caio Pompeu (PMDB-SP) —	7 faltas
Carlos Vinagre (PMDB-PA) —	8 faltas
Cleonânio Fonseca (PFL-SE) —	8 faltas
Deffim Neto (PDS-SP) —	7 faltas
Erwin Bonkoski (PMDB-PR) —	7 faltas
Fausto Fernandes (PMDB-PA) —	12 faltas
Felipe Cheidde (PMDB-SP) —	14 faltas
Fernando Gomes (PMDB-BA) —	8 faltas
Flávio Rocha (PL-RN) —	7 faltas
Francisco Coelho (PFL-MA) —	7 faltas
Francisco Dornelles (PFL-RJ) —	7 faltas
Geraldo Melo (PMDB-PE) —	9 faltas
Gerson Marcondes (PMDB-SP) —	8 faltas
Jacy Scanagatta (PFL-PR) —	8 faltas
Joaci Goes (PMDB-BA) —	7 faltas
João Cunha (PDT-SP) —	7 faltas
José Freire (PMDB-GO) —	7 faltas
José Serra (PMDB-SP) —	7 faltas
Luz Viana Neto (PMDB-BA) —	8 faltas
Mário Bouchardet (PMDB-MG) —	14 faltas
Mattos Leão (PMDB-PR) —	7 faltas
Max Rosenmann (PMDB-PR) —	8 faltas
Moel de Carvalho (PDT-RJ) —	7 faltas
Rita Furtado (PFL-RO) —	8 faltas
Roberto Balestra (PDC-GO) —	8 faltas
Vieira da Silva (PDS-MA) —	7 faltas

A lista apresenta certos problemas. Por exemplo, o deputado José Serra ausentou-se do País para participar de missão em Portugal, tendo-a comunicado à Presidência da Mesa e recebido autorização para viajar.

General diz que só anistia o preocupa

Porto Alegre — O comandante militar do Sul, general Clóvis de Azambuja, afirmou ontem que "anistia, anistia e a anistia" é o único tema a preocupar os militares com relação ao fim dos trabalhos da Constituinte. Ele negou que os ministros militares estejam exercendo pressões sobre os parlamentares para não ampliarem a anistia a

punidos e cassados. O general foi enfático:

— Não existem pressões. Acredito que as Forças Armadas estão participando e dando o máximo de respaldo possível a essa situação de transição política em que elas se posicionam sobre determinados assuntos de interesse nacional e de todos os segmentos da sociedade.